

**josé augusto seabra**  
**O HETEROTEXTO**  
**PESSOANO**



EDITORA PERSPECTIVA



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

O *pasticheur* – observa ele – é um homem que só adapta o pensamento ou sentimento de outro *na sua forma*. Se o adapta na sua essência já não é um *pasticheur*, mas um poderosíssimo intuitivo, que deve enveredar pelo caminho do drama, onde o seu gênio deve ter lugar<sup>35</sup>.

Poderíamos dizer que esse gênio teria sido o do próprio poeta, se no gênero dramático conseguisse realizar-se: não podendo fazê-lo, ele tranferiu a sua genialidade para a poesia, multiplicando-a em linguagem e em sujeitos, que foram compondo e figurando um outro drama: o poemodrama, o poetodrama.

Essa dramaticidade outra é a da cena do texto, como espaço heterônimo e heterônimo de discursos, em interlocução infinita: tal o heterotexto pessoano.

35. *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*, p. 307.

## 2. PESSOA EM PERSONA

*Une figure qui ne figure que ce nom*

MAURICE BLANCHOT

Que nome dar ao inominável? “Aventura sem nome próprio”, chamou justamente Eduardo Lourenço à poesia de Pessoa<sup>1</sup>. Acontece que, de próprio, o próprio nome do poeta só tem o de não sê-lo. Já Octavio Paz o havia observado: “Su secreto está escrito en su nombre”<sup>2</sup>. Coincidência perturbante, para quem à nossa língua seja estrangeiro:

1. *Pessoa Revisitado*, Porto, 1973, p. 19.

2. “El desconocido de si mismo”, in *Los Signos en Rotación*, Madrid, 1971, p. 103. [Trad. bras.: *Os Signos em Rotação*, São Paulo, Perspectiva, 1976, Debates 48.]

“Pessoa – revela Paz – quiere decir persona em português y viene de persona, máscara de los actores romanos. Máscara, personaje de ficción, ninguno”<sup>3</sup>. Dessa ausência, dessa irrealidade do nome no nome emergem os heterônimos: nomes outros. Ora, que são esses nomes a não ser “figuras”, no seu sentido etimológico, como também os designou o poeta? Máscaras ainda, portanto, mas não de um rosto, e sim de uma máscara, qual é literalmente Pessoa, de “seu” nome. Eis o ortônimo “ele mesmo” volvido heterônimo: máscara por sua vez de máscaras, numa reversibilidade infinita: “Quando quis tirar a máscara / Estava pegada à cara” – constata Álvaro de Campos. Parafraseando Hélène Cixous, num seu estudo sobre os nomes dos personagens de Joyce (e Ulisses chamou-se também curiosamente *Nobody*), poderíamos dizer dos heterônimos pessoanos: “tous ont démantelé le grand Propre, le dénomé quelqu’un, mais pour donner la parole à l’infini Personne”<sup>4</sup>.

Mais do que especular sobre a relação convencional – diria Hermógenes –, ou motivada – diria Crátilo –, entre o nome de Pessoa e a questão heteronímica para que remete, importará refletir sobre a função do nome próprio no texto poético pessoano. Será ela da mesma ordem que a do nome próprio num sistema lingüístico natural, ou social, se se quiser? Opondo-se à concepção de Peirce, que lhes atribuíra uma natureza indicial, Lévi-Strauss mostrou que os nomes próprios representam, para usar os seus termos, verdadeiros “quanta de significação”<sup>5</sup>. Se é verdade que eles se inserem num “conjunto paradigmático”, importa porém ter em conta que se situam na “franja” de um “sistema de classificação”, de que constituem simultaneamente o “limite” e o “prolongamento”. Por isso, o ser ou não ser um nome próprio não depende do seu caráter intrínseco, nem tampouco da sua comparação com as outras palavras da língua, mas mais exatamente de um contexto antropológico e cultural.

3. *Idem, ibidem*.

4. *Prénoms de Personne*, Paris, 1974, p. 6.

5. *La Pensée Sauvage*, Paris, 1962, p. 285.

Que sucede entretanto com a onomástica literária (poética)? Atentemos, por exemplo, com Roland Barthes, nos nomes proustianos. Há na *Recherche* – diz ele – todo um “sistema de nomes” que os faz assumir uma significação em si mesmos, por um lado, e nas relações (paradigmáticas e sintagmáticas) entre si, por outro. De tal modo que as “figuras do Nome” – para usar a expressão de Proust – dão lugar ao que nós chamaríamos “figurações”, numa palavra *personae*. A estrutura do nome próprio coincidiria assim com a obra, como acentua Barthes. Através dela se manifestaria, enfim, a “função poética”, concebida como “consciência cratiana dos signos”, de que a nomação é uma expressão privilegiada: “Tenir le système de noms c’était pour Proust, et c’est pour nous, tenir les significations essentielles du livre, l’armature de ses signes, sa syntaxe profonde”<sup>6</sup>. O nome próprio torna-se, nesta perspectiva, o germe do texto.

Sabe-se como Saussure, nos seus *Anagrammes*, deu conta de que certos versos saturnianos latinos eram construídos através da redistribuição dos elementos fonemáticos (e grafemáticos) de um nome próprio, esboçando a partir daí a teoria do anagramatismo, que iria dar lugar, em desenvolvimentos recentes, ao modelo generalizado do paragramatismo. Ao descobrir a emergência das “palavras sob as palavras”<sup>7</sup>, para usar uma expressão de Jean Starobinski, Saussure pôs em relevo que o texto poético aparecia como a paráfrase de “palavras-tema”, compostas quer “unicamente de nomes próprios”, quer de palavras “juntas à parte inevitável dos nomes próprios”<sup>8</sup>. Afinando este modelo, Júlia Kristeva elaborou uma teoria do texto como espaço dialógico de escrita-leitura, em que os “gramas escritos” e os “gramas leiturais” se entrelaçam numa multiplicidade de relações mútuas, compondo um texto outro – o que podemos chamar um *heterotexto*. A nomação lin-

6. “Proust et les Noms”, in *Nouveaux Essais Critiques*, Paris, 1972, p. 132.

7. Cf. *Les Mots sous les Mots*, Paris, 1971.

8. *Idem*, p. 23.

güística do discurso (aos seus diversos níveis: fonológico, semântico, morfossintático, transfrástico) sofre uma metamorfose, em que o texto como objeto e como sujeito se pluraliza, dando lugar a uma heteronomia e a uma heteronímia.

Não nos abrirá o anagramatismo a uma compreensão da heterotextualidade pessoana? Isso mesmo foi sugerido por Roman Jakobson, ao chamar a atenção para o fato de que na descrição do aparecimento dos heterônimos a descoberta dos respectivos nomes é concomitante à eclosão poemática, assinalando também a sobreposição das letras que os compõem, tanto ao nível dos nomes próprios como dos sobrenomes: Alberto e Álvaro têm o mesmo par de letras iniciais, assim como Campos e Caeiro, enquanto Álvaro termina pela mesma sílaba deste último e Ricardo Reis integra, no nome próprio e no apelido, letras do nome do mestre. Este anagramatismo mostra que os heterônimos devem ser lidos como situando-se para aquém e para além do “muro do nome”, como lhe chama o poeta italiano Andrea Zanzotto numa entrevista ao nº 2 de *Quaderni Portoghesi*<sup>9</sup>. Por isso ele propõe que na análise textual dos heterônimos sejam rompidas as “barras nominais”, as fronteiras que separam os nomes uns dos outros: as palavras sob as palavras proliferam então em palavras sobre as palavras.

Parece-nos ser essa, neste momento, uma via necessária, que abre perspectivas fecundas para sair dos impasses – e dos espelhismos – em que as exegeses heteronímicas desembocaram ou acabaram por se comprazer, depois de terem sido exploradas as suas possibilidades hermenêuticas. A heterotextualidade, ao pôr em relação a continuidade com a descontinuidade, a homogeneidade com a heterogeneidade do texto, através de uma intertextualidade, que é antes de mais interferência mútua de textos, permite a pluralização do sujeito, a partir da rasura do nome: se os textos falam, é não em “nome” de Pessoa mas de *Persona*.

9. *Op. cit.*, p. 192.

Por isso propõe com razão Eduardo Lourenço que se passem a designar os nomes heteronímicos, mais exatamente, por “poemas heterônimos”, com asas, recuando no entanto perante a visão tipográfica de tal ousadia... A levar-se até às últimas consequências esta proposta, poder-se-ia ir ainda um pouco mais longe. Em vez de empregar a expressão *textos-Pessoa*, para marcar uma anterioridade dos poemas em relação aos seus “pseudo-autores”, como o faz Eduardo Lourenço, melhor seria tratá-los antes por *textos-personae*.

Como é sabido, mas é raramente posto em relevo, Pessoa pensou um momento deixar a sua obra anônima, assumindo assim o esvaziamento, a nulidade do nome. Ele o diz de modo explícito:

Pensei, primeiro, em publicar anonimamente, em relação a mim, estas obras, e, por exemplo, estabelecer um neopaganismo português, com vários autores, todos diferentes, a colaborar nele e a dilata-lo. Mas, sobre ser pequeno demais o meio intelectual português, para que (mesmo sem inconfidência) a máscara se pudesse manter, era inútil o esforço mental preciso para mantê-la<sup>10</sup>.

Repare-se: a máscara, a *persona*, é aqui sinónimo do sem nome. Mas poderia sê-lo do nome, desde que não próprio: tal um movimento literário, composto de uma pluralidade de autores. Ora – escreve Pessoa – “há autores que escrevem dramas e novelas; e nesses dramas e novelas atribuem sentimentos e idéias às figuras, que os povoam, que muitas vezes se indignam que sejam tomados por sentimento seus, ou idéias suas”<sup>11</sup>. Por que não ser como essas “figuras” – designação preferida por Pessoa à de personagens, enquanto equivalente de “máscaras” que é? Na verdade, diz o poeta, a “substância” é a mesma, “embora a forma seja diversa”. Trata-se apenas de transformar as figuras em “autores”, com os quais “ele, o autor real (ou porventura aparente, porque não sabemos o que seja a rea-

10. *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, Lisboa, s. d., p. 99.

11. *Idem*, p. 95.

lidade) nada tem". A não ser ter sido - através da escrita - o "médium" de tais figuras...

Eis a face vazia da heteronímia: mediunidade de máscaras, entre máscaras. Desejo do Nome, na multiplicidade dos nomes, inominável:

No vácuo que se forma de eu ser eu  
E da noite ser triste  
Meu ser existe sem que seja meu  
E anônimo persiste...<sup>12</sup>

12. *Obra Poética*, Rio de Janeiro, p. 517.

### 3. AD INFINITUM

Como não meditar na visão extática de Portugal, que um dia iluminou Eugenio d'Ors: a de uma varanda debruçada sobre o infinito? Definição, indefinição poética por excelência. A conotação excedida pela metalinguagem? Ou excedendo-a? No seu limite, ilimite, a metáfora, ao expandir-se metonimicamente em sintagma, fica a reverberar em nós - límpida, ofuscante -, como uma aurora, um crepúsculo. Da varanda finita ao horizonte infinito: tal é o espaço transfinito da pátria (da língua, diria Pessoa) a multiplicar-se em miragens (em linguagens), a perder de vista...

É o mesmo Eugenio d'Ors quem, ao falar da arte portuguesa, escreve ainda: "Ousei por vezes afirmar que, no composto designado pelo nome de Cultura, a Europa não

#### 4. POÉTICA E POLÍTICA EM FERNANDO PESSOA

*Quaisquer duas opiniões opostas são  
absolutamente idênticas.*

FERNANDO PESSOA

Chocará talvez ainda alguns puristas esta associação por contigüidade de dois termos em aparência tão distantes – poética e política – que só porventura um sacrifício ao contexto português presente, ou um contágio do poeta para tantos paradoxal que lhe serve de pretexto, poderiam justificar. Mas a mútua subversão que tal contigüidade implica só assumirá foros de provocante heresia aos olhos daqueles que, por uma recusa ou censura *a priori* de tudo o que é contraditório, não sejam capazes de tolerar o que constitui,

como veremos, a essência do poético e do político em Fernando Pessoa: a *coincidentia oppositorum* que sustenta a pluralidade de suas linguagens.

Intentarei mostrar – senão demonstrar – como a lógica que articula os diferentes textos pessoanos (tanto os poéticos como os políticos) é a mesma e outra, ou se se quiser outra e a mesma, de tal modo que a diferença (diferenciação e diferimento) das respectivas escritas não será mais do que a que resulta de uma combinatória que, obedecendo a regras idênticas, varia segundo as instâncias do discurso e do sujeito que a suportam. Numa palavra: poética e política coincidem, sendo opostas. Estamos, num e noutro caso, perante dois tipos de heterônimos produzindo uma multiplicidade de textos que se entrelaçam.

Se os textos poéticos de Pessoa são por demais conhecidos, já outro tanto não sucede com os seus textos políticos, dispersos por edições marginais ou quase inacessíveis, de que os melhores exemplos são as coletâneas organizadas no Porto por Petrus. Nem a atualidade revolucionária do pós-25 de Abril os trouxe desde logo em Portugal para a ribalta\*, embora acidentalmente uma citação desgarrada tivesse sido incluída – por ironia, talvez – num dos primeiros boletins do M.F.A.! E, no entanto, entre esses textos alguns há que se diriam premonitórios. O que, aliás, decorre da dimensão profética que na sua maior parte os caracteriza, para lá da conjuntura referencial.

Desde apontamentos ocasionais, em que uma opinião ou um comentário são brevemente emitidos, até um texto mais elaborado que se apresenta sob a forma de programa de ação de uma organização política, como *O Interregno*, passando pelas proclamações de um manifesto futurista-sensacionista, como o *Ultimatum* de Álvaro de Campos, ou pelos poemas esotéricos e sebastianistas a Sidónio Pais, sem falar já das posições tomadas sobre efemérides repu-

\* Cf. “*Post-scriptum*” deste livro, onde se assinalam os textos posteriormente publicados e que estavam até então inéditos, pp. 253 e ss.

blicas e monárquicas durante a aventura de *Orpheu*, e mais tarde dos poemetsos satíricos anti-salazaristas, estamos perante uma gama de fragmentos textuais cuja estrutura sincrônica de superfície (o que hoje chamaríamos o fenotexto) é o afloramento de um genotexto profundo e em processo, que se vai escrevendo, reescrevendo, diacronicamente e sem fim. O texto político pessoano confirma, mais do que nenhum, a afirmação de Roland Barthes segundo a qual

le Politique est du *textuel* pur: une forme exorbitante, exasperée, du Texte, une forme inouïe qui, par ses débordements et ses masques, dépasse peut-être notre entendement actuel du texte<sup>1</sup>.

Essa “forma exorbitante”, essas “máscaras”, são afinal a proliferação heteronímica de um texto sempre outro, “outrando-se”, como escrevia o poeta. Atribuir ao próprio Pessoa os ideologemas disseminados nos escritos políticos que compôs, como tem procedido até a maioria dos críticos, é não ser capaz de compreender o seu estatuto poético: o seu *fazer* textual. A esses poderia Pessoa dirigir, muito justamente, e a título preventivo, a recomendação que a propósito dos heterônimos um dia avançou:

Não há que buscar em quaisquer deles idéias ou sentimentos meus, pois muitos deles exprimem idéias que não aceito, sentimentos que nunca tive. Há simplesmente que os ler como estão, que é aliás como se deve ler<sup>2</sup>.

Ler os textos políticos como estão, despersonalizando-os (o que não quer dizer despersonalizando-os, pois se trata de lhes ler também as *personae*, as máscaras que neles se assumem), tal deverá ser a primeira precaução a tomar, para evitar equívocos. Dar a Pessoa o que é de Pessoa, e às suas máscaras o que lhes pertence, não é no entanto rigorosamente possível, pois a fronteira é constantemente transgredida: do mesmo modo que os biografemas de Pessoa ortônimo emigram para os heterônimos, para ele re-

1. *Roland Barthes par Roland Barthes*, Paris, 1975, p. 150.

2. *Obra Poética*, Rio de Janeiro, 1960, p. 131.

versivelmente imigram, em retorno, os ideologemas respectivos.

Invertendo a diacronia biográfica, poderíamos pegar, por exemplo, na nota escrita por Pessoa, pouco antes da sua morte, em que confia as posições no plano religioso, iniciático, patriótico etc. Aí lemos:

Ideologia política: considera que o sistema monárquico seria o mais próprio para uma nação organicamente imperial como é Portugal. Considera, ao mesmo tempo, a monarquia completamente inviável em Portugal. Por isso, a haver um plebiscito entre regimes, votaria, embora com pena, pela República. Conservador de estilo inglês, isto é, liberal dentro do conservantismo, e absolutamente anti-reacionário<sup>3</sup>.

Uma análise, mesmo rápida, deste fragmento textual, logo revela a estrutura lógica da contradição que lhe subjaz: postos dois termos contrários, longe de a contradição ser eliminada ou superada, a lógica aristotélica através do princípio da não-contradição, quer segundo a lógica hegeliana, através da negação da negação, esses dois termos coexistem: monárquico e republicano, conservador e anti-reacionário – eis uma perfeita *coincidentia oppositorum*. Exatamente a mesma estrutura que preside à linguagem poética heteronímica, como julgo ter evidenciado no meu livro *Fernando Pessoa ou o Poetodrama*<sup>4</sup>, inspirando-me nos estudos de Stéphane Lupasco, particularmente sobre a lógica da estética.

Telle est – diz este autor – l'orientation du phénomène esthétique linguistique. À l'inverse et à l'encontre des dynamismes de fuite de la contradiction c'est sa recherche, sa poursuite, qui engendre [...] l'art<sup>5</sup>.

Deste modo a arte (a poesia) é “la coexistence incompatible de la thèse et de l'antithèse [...], la conjonction con-

3. J. G. SIMÕES, *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, Lisboa, 1951, vol. II, pp. 361-362.

4. S. Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

5. *Logique et Contradiction*, Paris, 1947, pp. 178-179.

tradictoire, et, par là, l'immanence du logique”<sup>6</sup>. Isto mesmo o concebia Pessoa, ao escrever numa das suas notas filosóficas:

Toda a opinião é uma tese, e o mundo, à falta de verdade, está cheio de opiniões. Mas a cada opinião compete uma contra-opinião, seja crítica da primeira, seja complementar dela. Na realidade do pensamento humano, essencialmente flutuante e incerto, tanto a opinião primária, como a que lhe é oposta, são em si mesmas instáveis: não há síntese, pois, nas coisas da certeza, senão tese e antítese apenas. Só os deuses, talvez, poderão sintetizar<sup>7</sup>.

Basta aplicar às opiniões políticas este modelo lógico para termos o código imanente ao texto referido. Pessoa, com o seu gosto habitual dos paradoxos – que poeticamente o são – retomou de diferentes modos, em diversos textos e em diálogo constante com o contexto político nacional em que viveu, a sua condição de monárquico-republicano, ou, se se quiser, de nem monárquico nem republicano, que era afinal a condição do próprio país.

A alguém – diz ele – que uma vez me interrogou sobre as minhas opiniões políticas, na pressuposição de que eu as tivesse, respondi: *Sou monárquico absolutista*. E depois acrescentei, com aquela simplicidade própria das ocasiões históricas: *É por isso que sou republicano*<sup>8</sup>.

Homologamente, no *Interregno* (a que mais em detalhe adiante me referirei) Pessoa parte, na análise que o conduz à “justificação” de uma “ditadura militar”, da seguinte constatação:

O fato essencial é este: Portugal é metade monárquico, metade republicano. Em Portugal presente, pois, o problema institucional é inteiramente irresolúvel. De direito, qualquer espécie de direito, não pode haver República, não pode haver Monarquia, em Portugal. Há República pela razão já dita, e porque tem que haver qualquer coisa. Mas essa República não é, nem pode ser, República, como a Monarquia, que a precedeu, já não era, nem podia ser, Monarquia<sup>9</sup>.

6. *Idem*, p. 171.

7. *Textos Filosóficos*, Lisboa, s. d., vol. I, pp. 3-4.

8. *Idem*.

9. *O Interregno*, Documentos Políticos, C.E.P., s. d., pp. 10-11.



A coexistência dos opostos aparece assim como equivalente à sua co-inexistência. E dessa co-inexistência decorre outro nível de oposições fundamental em Pessoa, que se situa no plano do *mito*, esse “nada que é tudo”: neste caso, o mito da identificação da Monarquia e da República, que encarna poeticamente num oxímoro, o *Presidente-Rei Sidônio Pais*, novo D. Sebastião de um Quinto Império esotérico a vir. Esse mesmo Império (sem império) que seria organicamente um Portugal monárquico, como consta na nota autobiográfica citada, mas que só na republicana presidência sidonista se viera um momento a consumir. De tal forma que o não-ser se volvera ser, não sendo: os opostos, mais uma vez, tinham coincidido.

Este exemplo, entre tantos outros que poderiam servir de paradigma, mostra como erra totalmente o alvo quem der à linguagem política de Pessoa um significado denotativo, remetendo para um referente exterior à própria lógica poética que lhe é imanente: é o significante-texto que, através de uma conotação heteronímica, em que cada signo conotador é ele mesmo conotado, constrói uma realidade outra: a República assume o significado de Monarquia e a Monarquia o de República, reversivelmente.

Por se não ter apercebido de que o político é neste caso o poético, é que um crítico como João Gaspar Simões, na *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, se vê constrangido a encontrar uma saída para essa só aparente aporia lógica, chegando a esta conclusão: “Monárquico – eis o que ele era. Partidário de uma monarquia de caráter absoluto e conservador, eis em que se traduzia o seu partidarismo”<sup>10</sup>. Entretanto, grande parte do capítulo sobre o “messianismo político” de Pessoa consagra-o Simões, muito justamente, a provar que, apesar de tudo, o poeta não era... fascista (como se tivesse medo de que este viesse mais tarde a ser saneado, após o 25 de Abril, qual Camões ao que dizem o foi...).

10. *Op. cit.*, p. 284.

Não é entretanto João Gaspar Simões o único a situar, com a maior das seriedades, as posições políticas de Pessoa no domínio referencial. Se para o crítico presencista o poeta era um monárquico nato, já para um crítico marxista como Alfredo Margarido “l'intégration de Pessoa ne pouvait se faire que du côté républicain, celui qui mettait en action les valeurs de la partie dynamique de la bourgeoisie où Pessoa désirait s'insérer”<sup>11</sup>. Em que ficamos? Monárquico ou republicano? Pessoa, quanto a ele, escreve placidamente, como a desenganar uns e outros: “Não tenho sentimento nenhum político ou social”...<sup>12</sup>

Vejamos, contudo, já agora, as aventuras ou desventuras políticas do poeta dos heterônimos e como ele heteronimicamente as mascarou. Elas começaram, nos tempos heróicos de *Orpheu*, com as reações da imprensa da época, tanto monárquica como republicana, às provocações daqueles “loucos” mais “inofensivos futuristas” (*sic*). Tendo o jornal *A Capital* ironizado acerca de um espetáculo “páulico”, em termos que irritaram Pessoa, este respondeu com uma carta assinada por “Álvaro de Campos, engenheiro e poeta sensacionista”, em que, fazendo referência a um acidente que pusera em risco a vida de Afonso Costa, chefe do Partido Democrático, escrevia: “Seria de mau gosto repudiar ligações com o futurismo numa hora tão deliciosamente mecânica em que a própria Providência Divina se serve dos carros elétricos para os seus altos ensinamentos”<sup>13</sup>. O efeito foi brutal: logo os jornais republicanos se ergueram indignados e a Carbonária, organização de tipo terrorista, se mobilizou para uma vingança – isto é, uma boa sova no Sr. Álvaro de Campos. A tal ponto que os seus companheiros se apressaram a escrever à *Capital*, dessolidarizando-se dessa incursão pelo terreno perigoso da polí-

11. *La Pensée Politique de Fernando Pessoa*, separata do *Bulletin des Etudes Portugaises*, tomo 21, Paris, 1971, p. 144.

12. *Livro do Desassossego*, por BERNARDO SOARES, Lisboa, 1982, vol. I., p. 17.

13. Cit. por J. G. SIMÕES, *op. cit.*, vol. II, p. 280.

tica, pois, no dizer de Mário de Sá-Carneiro, se recusariam a que *Orpheu* tivesse, “como revista literária” que era, “qualquer opinião política ou social – definida e coletiva”, sendo a responsabilidade de tal ato puramente individual<sup>14</sup>. Pessoa foi o único a não trair Álvaro de Campos. De resto, as suas flechadas contra os políticos republicanos, embora não contra a República, já vinham de longe. Não tinha ele escrito em 1912, na revista *A Águia*, órgão da *Renascença Portuguesa*, ao profetizar o aparecimento de um Supra-Camões, que “tendo o movimento literário português nascido com e acompanhado o movimento republicano, é dentro do republicanismo, e pelo republicanismo, que está e será glorioso futuro deduzido”, acrescentando porém que “se ser monárquico é ser traidor à Alma nacional, ser correli-gionário do Sr. Afonso Costa, do Sr. Brito Camacho, ou do Sr. Antônio José de Almeida, assim como de vária horrorosa subgente sindicalística, socialística e outras coisas, representa paralela e equivalente traição”<sup>15</sup>. Já então a coincidência dos opostos, como se está a ver...

Mas outras oposições, mais importantes talvez do que a da Monarquia e da República, se desenham aqui, cujos desenvolvimentos se encontrarão em textos subseqüentes: o anti-socialismo e o anti-sindicalismo, apontando como reverso para o liberalismo e a democracia. Com efeito, em nota transcrita nas *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, Pessoa escreve:

São hoje dissolventes todas as doutrinas sociais que reagem contra as da Revolução Francesa. Quem hoje prega a sindicalização, o Estado corporativo, a tirania social, seja fascismo ou comunismo, está dissolvendo a civilização européia. Quem defender a democracia e o liberalismo a está defendendo<sup>16</sup>.

Pretendem alguns ver aqui a prova mais provada da identificação de Pessoa com a ideologia do capitalismo liberal, sobretudo na sua fase ainda entre nós dominante de

14. *Idem*, p. 283.

15. *A Nova Poesia Portuguesa*, Lisboa, s. d., pp. 57-58.

16. *Op. cit.*, p. 77.

capitalismo comercial, que, aliás, estudou num texto sobre a *A Sociologia do Comércio*<sup>17</sup>. Mas textos há também que põem por sua vez estes últimos em questão, numa sucessão de contradições que, encadeando-se umas a partir das outras, vão proliferando, ao infinito. Assim, num ensaio sobre *A Opinião Pública*, Pessoa acaba por identificar (mais uma *coincidentia oppositorum*) o liberalismo com o socialismo, ao pôr em causa aquela “parte da classe popular [a classe trabalhadora] que mais extremo ‘liberalismo’ esta-deia, os infelizes mentais diz Pessoa – cuja ignorância sociológica – e desconhecimento da história os levam a ter idéias socialistas ou parecidas, demência terminal do liberalismo”<sup>18</sup>. Para Pessoa, nesse texto, a “verdade popular” residiria apenas nas contra-revoluções nacionais, quando das invasões estrangeiras: “Ser revolucionário é servir o inimigo. Ser liberal é odiar a Pátria. A Democracia moderna é uma orgia de traidores”<sup>19</sup>. Três afirmações que supõem outras tantas negações: revolucionário iguala anti-revolucionário, liberal e antiliberal, democrata antidemocrata.

Entre tais oposições polares uma parece de preferência solicitar Pessoa: a da anarquia e da ordem. Numa “Crônica da Vida que Passa”, publicada em *O Jornal*, onde foi efêmero colaborador, este heterônimo-jornalista de que o poeta se mascarou ataca violentamente o que chama “a doença da disciplina”, de que a revolução republicana não conseguira libertar os portugueses:

Somos incapazes de revolta e de agitação – escreve ele. – Quando fizemos uma “revolução” foi para implantar uma coisa igual ao que já estava. Manchamos esta revolução com a brandura com que tratamos os vencidos. E não nos resultou uma guerra civil, que nos des-pertasse; não nos resultou uma anarquia, uma perturbação das consciências. Ficamos miserandamente os mesmos disciplinados que éramos<sup>20</sup>.

17. *Coleção Antologia*, C. E. P., Porto, s.d.

18. *Op. cit.*, in *Ensaio Político*, Porto, s. d., p. 61.

19. *Idem*, p. 71.

20. *Elogio da Indisciplina e Poemas Insubmissos*, Porto, s. d., p. 7.

Na sua qualidade de “indisciplinador de almas”, Pessoa propõe nada mais nada menos do que a instauração de uma “Anarquia Portuguesa”. A qual não é, de resto, senão uma face outra do vanguardismo modernista, que coincide precisamente com a “maré alta do anarquismo, cuja expressão estética mais idônea será porventura – como escreve Joel Serrão – a revista *Orpheu*”<sup>21</sup>.

Entretanto, Fernando Pessoa volta à carga, desta vez colaborando num panfleto clandestino contra a ditadura de Pimenta de Castro, com um artigo sobre *O Preconceito da Ordem*, em que, visando os “neomonárquicos”, põe em causa a “preocupação da ordem” como objetivo de qualquer partido político: “Num país onde todos os partidos tenham a constante preocupação da ordem” estar-se-á “em constante desordem e anarquia”. E conclui: “É este, mesmo, o único modo de chegar ao estado de anarquia social”<sup>22</sup>. Aqui, como se depreende, a anarquia tem já uma conotação negativa e não positiva: a identidade dos contrários completa-se.

Essa identidade está ainda presente, sob uma outra forma, na novela *O Banqueiro Anarquista*<sup>23</sup>, em que, através de uma série de deduções cerradas e envolventes, obedecendo à lógica da contradição, o protagonista demonstra que é a sua condição de banqueiro que lhe permite realizar o ideal anárquico: não será o dinheiro o melhor meio de conseguir a liberdade absoluta? A tal ponto que só ele, e não os que da anarquia se reclamam, é um autêntico anarquista. Pudessem os Portugueses ter-se feito todos banqueiros e a “Anarquia Portuguesa” estaria realizada – mas hoje já é tarde para isso, diriam os nossos banqueiros anarquistas (ou anarquistas banqueiros), só o Estado podendo ser anárquico, depois da nacionalização da banca... Ironia que talvez correspondesse à definição que dela dá Pessoa: a

21. *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*, Lisboa, 1969, p. 108.

22. *Elogio da Indisciplina e Poemas Insubmissos*, p. 12.

23. *Obras em Prosa*, Rio de Janeiro, 1976, pp. 659 e s.

“essência da ironia” – frisa ele – consiste em “dizer uma coisa para dizer o contrário”, isto é, “em não se poder descobrir o segundo sentido do texto por nenhuma palavra dele, deduzindo-se porém esse segundo sentido de o fato de ser impossível dever o texto dizer aquilo que diz”<sup>24</sup>.

É por falta deste senso pessoano da ironia que muitos comentadores têm tomado à letra alguns dos seus textos políticos. O mais célebre é *O Interregno*, cujo subtítulo (“Defesa e Justificação da Ditadura Militar em Portugal”) tem sido interpretado, até pela data da publicação do opúsculo (1928), como um apoio (inexistente) de Pessoa à ditadura militar instaurada em 28 de maio de 1926. Mas aí nem sequer a falta de ironia desculpa aos apressados censores: só a falta de leitura (ou a incapacidade de ler os textos “como estão” – diria Pessoa) os pode defender, senão justificar. É o que o autor teve o cuidado de prevenir:

Este opúsculo trata exclusivamente da defesa e justificação da Ditadura Militar em Portugal e do que, em conformidade com essa defesa, chamamos a Doutrina do Interregno. As razões, que nele se apresentam, nem se aplicam às ditaduras em geral, nem são transferíveis para qualquer outra ditadura, senão na parte em que incidentalmente o sejam. Tão pouco se inclui nele, explícita ou implicitamente, qualquer defesa dos atos da Ditadura Militar presente. Nem, se amanhã esta Ditadura cair, cairão com ela estes argumentos. Não haverá senão que reconstruí-la, para estabelecer de novo o Estado de Interregno<sup>25</sup>.

Antes de entrar, porém, na análise do que é esse “Interregno”, convém esclarecer as circunstâncias da sua publicação, que são elucidativas não só da transgressão da ordem então vigente, como da própria instância do texto e do seu sujeito. Pessoa tinha colaborado, desde 1919, no jornal *Acção*, órgão do “Núcleo de Acção Nacional”, movimento “sidonista” e “sebástico” (isto é, mais esotérico e profético do que político *stricto sensu*). Entre o Movimento e Pessoa fora acordado que este escrevesse um “esboço ou breve

24. *Páginas de Doutrina Estética*, Lisboa, 1946, p. 183.

25. *O Interregno*, p. 6.

formulário do que [...] poderia ser o Portugal Futuro". O texto estava para sair como manifesto anônimo, e não assinado por Pessoa. Mas já então a censura tinha sido instituída para as publicações das organizações políticas. E, segundo testemunha Pessoa, "o Ministério do Interior impediu a saída do opúsculo, a não ser que viesse assinado e convertido em livro – isto é, folheto – pois assim não era (então) preciso ir à censura, que, tendo sido consultada sobre o manifesto, pusera mais objeções à sua saída"<sup>26</sup>. Pessoa não esconde o seu "mau humor": a censura tinha-o impedido, com efeito, do desígnio de se mascarar de mais um heterônimo – o "Núcleo de Acção Nacional" –, tendo de socorrer-se *in extremis* do seu ortônimo.

O projeto ambicioso de Pessoa era o de escrever não apenas um opúsculo mas todo um livro. A estrutura deste, tal como é anunciada na introdução – intitulada, aliás, "Primeiro Aviso", à maneira de alguns poemas de *Mensagem* – trai a sua natureza esotérica e profética, até pelo número de partes previstas (5), de que só a primeira constitui o texto publicado, sendo a última eventualmente reservada aos iniciados, por oculta: "O mais importante, se não se ordenar que fique por dizer, formará a quinta parte deste livro" – assim reza o texto. Num "Segundo Aviso" final, volta a anunciar-se a estrutura potencial do livro, "em que tudo se liga – escreve Pessoa – até numericamente", só a quinta parte permanecendo envolta em mistério. Não é difícil detectar aqui o messianismo do Quinto Império, que envolve de resto todos os textos políticos de Pessoa, tal como os textos poéticos.

As justificações sibilamente encontradas por Pessoa para a ditadura militar são três (outro número esotérico). Já conhecemos a primeira: sendo o país metade monárquico, metade republicano, o problema institucional é insolúvel:

Mas – acrescenta Pessoa – quando um país está assim organicamente dividido, metade contra metade, está criado o estado de

guerra civil – de guerra civil pelo menos latente. Ora, num estado de guerra civil ou outra, é a Força Armada que assume a expressão do poder. Assume-a, ordinariamente, em subordinação a um poder político constituído, a um regime. No nosso caso, porém, precisamente o que falta é um regime. Tem pois a Força Armada que ser ela mesmo o regime; tem que assumir por si só todo o poder<sup>27</sup>.

A segunda justificação é a de que, "além de não ter vida institucional legítima, não pode Portugal, também, ter vida constitucional alguma"<sup>28</sup>. Segundo Pessoa, há dois sentidos em que se pode tomar a palavra "Constituição": ou no sentido de "forma constituída de governo", isto é, de um sistema político *abstrato*; ou no sentido *histórico* de forma de governo do tipo da Constituição inglesa, resultante de um consenso nacional, irreduzível a qualquer outro país. O equívoco do constitucionalismo teria nascido da Revolução Francesa, "pela qual as doutrinas, já metafísicas, do constitucionalismo inglês se derramaram depois por todo o mundo". Ora, Portugal não pode ter, por ausência de um "ideal nacional" e de uma "opinião pública", uma Constituição, nem num sentido nem noutro, apesar de sermos nós, paradoxalmente, os "perfeitos constitucionais", mas só no sentido irônico de que recebemos "os malefícios do constitucionalismo"... Daí a necessidade de um "Estado de Transição", que só pode ser assegurado pela Força Armada.

Para além da atualidade, eventualmente polémica, desta problemática constitucional pessoana e portuguesa, vem aflorar aqui de novo o mesmo tipo de lógica de nós já conhecido, em que a contradição funciona pela dupla exclusão dos termos opostos.

A terceira justificação é um desenvolvimento da impossibilidade da existência de uma "opinião pública" em Portugal, tema aliás de um outro ensaio também publicado anteriormente pelo "Núcleo de Acção Nacional". Sendo as três bases do governo a "força", a "autoridade" e a "opi-

27. *O Interregno*, p. 12.

28. *Idem*, p. 13.

26. Cit. por PETRUS, in *Ensaaios Políticos*, p. 119.

nião", e correspondendo as duas primeiras a formas de sociedade ultrapassadas, restaria a terceira como fundamento do poder. Ora, a "opinião" pode ser de "instinto", de "hábito" e de "inteligência". Pondo de lado a "inteligência", por analítica e individual, o que levaria, diz Pessoa, a que a democracia moderna fosse a "sistematização da anarquia", há que buscar um equilíbrio entre a opinião de "hábito" e de "instinto", ou "intuição". E aqui Pessoa explicita uma vez mais a lógica da coexistência dos opostos, fazendo apelo a Heráclito:

Consiste a vida social no equilíbrio de duas forças opostas [...]. Têm as duas forças que existir, para que haja equilíbrio, e, embora haja equilíbrio, que ser opostas. Um país unânime numa opinião de hábito não seria um país – seria gado. Um país concorde numa opinião de intuição não seria país – seria sombras. O progresso consiste numa média entre o que a opinião de hábito deseja e o que a opinião de intuição sonha<sup>29</sup>.

Esta teoria do equilíbrio dos opostos é aplicada, não só no *Interregno*, mas, no ensaio *Como Organizar Portugal*, à oposição das forças do conservantismo e do progresso.

Quando a ruptura do equilíbrio se dá pelo predomínio excessivo da força conservadora – escreve Pessoa neste último ensaio – dá-se uma estagnação, um entorpecimento, e o grau dessa estagnação depende do grau de predomínio da força conservadora [...]. Quando a ruptura de equilíbrio se dá pela predominância da corrente progressiva, acontece que as outras classes, não podendo acompanhar o progresso (se o pudessem acompanhar não se rompia o equilíbrio) e não se adaptando portanto a ele, passam a reagir violentamente e o país cai na anarquia<sup>30</sup>.

É justamente a ausência de uma "luta profícua", de um "íntimo equilíbrio" entre as "forças sociais opostas" que torna impossível uma opinião pública em Portugal.

E Pessoa infere daí:

Ora, num país onde isto se dá, e em que todos sentem que se dá, num país onde, sobre não poder haver regime legítimo, nem consti-

tuição de qualquer espécie, não pode, ainda, haver opinião pública em que eles se fundem ou com que se regulem, nesse país, todos os indivíduos e todas as correntes de consenso apelam instintivamente ou para a fraude ou para a força, pois, onde não pode haver lei, tem a fraude, que é a substituição da lei, ou a força, que é a abolição dela, necessariamente que imperar. Nenhum partido assume o poder com o que se lhe reconheça como direito<sup>31</sup>.

É na necessidade de punir a fraude pela força, dada a sua tendência não a ser sancionada pela lei, mas a apoderar-se dela, que segundo Pessoa "se funda o instinto que promove as nossas constantes revoluções". E se estas nos têm "tornado desprezíveis perante a civilização" é – diz brutalmente o poeta – "porque a civilização é uma besta"<sup>32</sup>.

Na verdade, as nossas revoluções são para Pessoa o "sintoma de que temos consciência da fraude como fraude" e de que não hesitamos em "apelar clara e definitivamente para a força". Mas essa força tem que ter um "caráter social, tradicional", não podendo ser "ocasional e desintegrante". A conclusão é, pois, clara: "Há só uma força com esse caráter: é a Força Armada"<sup>33</sup>.

Eis a "terceira Doutrina do Interregno e última justificação da Ditadura Militar". Como se vê, na sua formulação esotérica, que aponta para o mito do Quinto Império, trata-se de um texto que se situa para além de qualquer referente circunstancial, assumindo o caráter de uma construção poético-política, que diríamos constituir, ao mesmo tempo, uma *Utopia* e uma *Contra-Utopia*, pois não sendo aplicável propriamente à Ditadura Militar concreta de um dado país, numa dada época, desse mesmo país diacrônica e sincronicamente se reclama, não podendo as suas "razões" ser transferíveis para outra qualquer ditadura, a não ser (e aqui intervém a ironia pessoana) "na proporção em que incidentalmente o sejam"<sup>34</sup>. Ora, é exatamente nessa mesma

29. *Idem*, pp. 36-37.

30. *Ensaio Político*, pp. 21-23.

31. *O Interregno*, p. 41.

32. *Idem*, p. 42.

33. *Idem*, *ibidem*.

34. *Idem*, p. 6.

proporção que nada nos impede de ler também nelas uma antecipação da nossa história política mais recente, de que parecem ter sido premonitórias. Mas sem por isso jamais as reduzirmos, nesse caso, à realidade da letra, sob pena de sermos nós próprios vítimas da falta de ironia...

Tal como a *Mensagem* o foi para a obra poética de Pessoa, este texto parece ter sido o projeto mais elaborado que ele tentou de um livro político, sem o chegar no entanto a levar como aquele a cabo, embora a arquitetura, muito semelhante, tenha ficado rigorosamente delineada. Dir-se-ia que um e outro relevam do mesmo orto-heterônimo: aquele que se disseminou, esotericamente, em verso e prosa, por graus e gêneros diferentes de iniciação, ao longo de todo o texto pessoano.

Mas Pessoa não deixou também, como se sabe, de investir nos seus heterônimos poéticos as suas máscaras políticas. Se não era previsível que Alberto Caeiro, guardador de rebanhos e homem das sensações estremes, avesso às idéias, se dedicasse à política, estigmatizando como estigmatiza o "homem das cidades" que diz lutar pela justiça e pelos "operários que sofrem", já Ricardo Reis, clássico e supõe-se que conservador e tradicionalista, não poderia senão ser monárquico, tendo efetivamente que exilar-se por esse motivo no Brasil, em 1919, sem que se lhe conheçam contudo grandes elucubrações políticas ou mesmo patrióticas. Não dizia ele, num poema de amor, que preferia as rosas à própria pátria? Quanto a Álvaro de Campos, para lá das provocações sensacionistas-futuristas que lhe conhecemos, não deixa de derramar os seus entusiasmos políticos por muitos dos seus poemas, como na "Ode Triunfal", em que exalta a "maravilhosa beleza das corrupções políticas", as "agressões políticas nas ruas", os "artigos políticos insinceramente sinceros", chegando a dizer que "um parlamento [é] tão belo como uma "borboleta" e a cantar com excesso de expressão das sensações:

Eh-lá-hô revoluções, aqui, ali, acolá,  
Alterações de constituições, guerras, tratados,  
invasões,

Ruído, injustiça, violência e talvez para breve o fim,  
A grande invasão dos bárbaros pela Europa,  
E outro Sol no novo Horizonte<sup>35</sup>.

É justamente Campos quem, nesta geração europeizada, mas no sentido de uma abertura a uma universalidade e não continentalidade civilizacional, se ergue contra os "mandarins" da Europa decadente, no seu célebre *Ultimatum*, em que termina por proclamar a abolição de alguns dogmas que entravam o advento de um nietzscheano Super-Homem, com conseqüências políticas radicalmente novas, obedecendo à lógica poética heteronímica.

Assim, a "abolição do dogma da personalidade" implica a "substituição [...] da Democracia pela Ditadura do Completo, do Homem que seja, em si próprio, o maior número de Outros, que seja portanto a maioria"<sup>36</sup>. Desse modo se reencontrará "o grande sentido da Democracia, contrário em absoluto ao atual, que aliás nunca existiu".

A "abolição do preconceito da individualidade" implica a "abolição de toda a convicção que dure mais do que um estado de espírito, o desaparecimento total de toda a fixidez de opiniões e de modos de ver", impedindo portanto a existência "de todas as instituições que se apóiem no fato de qualquer 'opinião pública' poder durar mais de meia hora" e exigindo a "abolição total do passado e do futuro como elementos com que se conte, ou em que se pense, nas soluções políticas"<sup>37</sup>.

Por último a "abolição do dogma do objetivismo pessoal" implica

o domínio apenas do indivíduo ou dos indivíduos que sejam os mais hábeis realizadores de médias, desaparecendo por completo o conceito de que a qualquer indivíduo é lícito ter opiniões sobre política (como sobre qualquer outra coisa), pois só pode ter opiniões o que for Média...<sup>38</sup>.

35. *Obra Poética*, p. 265.

36. *Obra em Prosa*, p. 517.

37. *Idem*, p. 518.

38. *Idem*, p. 519.

Os “resultados finais sintéticos” são uma

Monarquia Científica, antitradicionalista e anti-hereditária pelo aparecimento sempre imprevisto do Rei-Média”, com a relegação do povo ao seu papel cientificamente natural de um mero fixador dos impulsos do momento<sup>39</sup>.

Esta Utopia super-humana (diríamos mesmo ab-humana), em que se pode ver em ato a poética da *coincidentia oppositorum*, proliferando na multiplicidade heteronímica, é lançada por Álvaro de Campos “na barra do Tejo, de costas para a Europa, braços erguidos, fitando o Atlântico e saudando abstratamente o Infinito”<sup>40</sup>.

Aí o deixaremos, suspendendo por agora este excursão, ainda perfunctório, pela aventura política e poética pessoal. Ir-se-ia por bom caminho se, através do intertexto, que aqui se procurou ler, tivesse passado essa grande Utopia do Texto, de que fala Roland Barthes, e que só ao escritor, ao poeta é dada:

L'utopie est familière à l'écrivain parce que l'écrivain est un donateur de sens: sa tâche (ou sa jouissance) est de donner des sens, des noms, et il ne peut le faire que s'il y a un paradigme, déclin du oui/non, alternance de deux valeurs: pour lui, le monde est une médaille, une monnaie, une double surface de lecture, dont sa propre réalité occupe le revers et l'utopie l'avant<sup>41</sup>.

Verso e reverso, afirmação e negação, as lógicas da linguagem poética e da linguagem política coincidem na linguagem da Utopia, através de uma dupla revolução, que é simultaneamente um avanço e um retorno, em que o horizonte inicial e o final tendem a reencontrar-se.

39. *Idem, ibidem*.

40. *Idem*, p. 520.

41. *Roland Barthes par Roland Barthes*, p. 80.

## 5. AMOR E FINGIMENTO

(SOBRE AS CARTAS DE AMOR DE  
FERNANDO PESSOA

Qual, dentre os “filhos de Álvaro de Campos” – para gloriar um deles, que assim crismou as últimas gerações, tão desenvoltas quanto equívocas em habilitar-se à herança<sup>1</sup> –, não terá tido, ao folhear displicentemente as “cartas de amor” do heterônimo Fernando Pessoa (nisto de ser “ortô-

1. Cf. EDUARDO LOURENÇO, “Uma Literatura Desenvolta em os Filhos de Álvaro de Campos”, ensaio publicado in *O Tempo e o Modo*, 42, outubro de 1966.